

A Centelha



JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Donativo Livre

Nº31 • NOVEMBRO/DEZEMBRO • 2022

OS CAPITALISTAS QUE PAGUEM A CRISE!

TOMAR AS RUAS

**PARA DEFENDER UMA POLÍTICA
DE ESQUERDA CONSEQUENTE!**



25 de NOVEMBRO

**NAS RUAS CONTRA A
VIOLÊNCIA MACHISTA!**





OE2023: UMA DECLARAÇÃO DE GUERRA CONTRA A CLASSE TRABALHADORA

O capitalismo encontra-se numa crise que coloca na ordem do dia a revolução ou uma nova destruição maciça de forças produtivas. Na comunicação social, as tentativas de justificar esta crise com a guerra imperialista da Ucrânia não passam de propaganda. A realidade é que a guerra — parte da disputa pela hegemonia mundial que levam a cabo os EUA e a China — é apenas o sintoma mais agudo da crise deste modo de produção, agravando os profundos desequilíbrios dos quais a economia mundial já padece. O caos económico que se aproxima, e para o qual a comunicação social já alerta, traz consigo um novo agravamento das condições de vida, com uma brutalidade inusitada para as massas europeias. O arrastamento e agravamento da crise social provoca necessariamente sublevações de massas — nos levantamentos da classe trabalhadora e da juventude no Sri Lanka, no Irão e no Haiti, os restantes países encontram uma imagem do seu fu-

turo a curto prazo.

Em Portugal, o governo PS olha atónito para esse futuro. A economia deste pequeno país, ferreamente atrelada à economia alemã através das instituições da UE, vai ser atingida em cheio pela tempestade económica mundial. As mentiras de António Costa e dos seus ministros são tanto maiores quanto mais nitidamente esta realidade se apresenta aos olhos de todos. Os ministros da social-democracia portuguesa dizem-nos que, com a sua maioria parlamentar, vão “aprovar legislação que protege as famílias com crédito à habitação”, vão “aliviar o impacto da inflação na vida das famílias”, vão aprovar um orçamento do Estado para 2023 que “reforça os rendimentos” dos trabalhadores. Mentem!

Pobreza e humilhação para nós...

Os números da pobreza a que temos acesso são, por agora, os do final de 2020. Já nesse momento, 19,8% da população estava, nos termos do Instituto Nacional de Estatística (INE), “em risco de pobreza ou exclusão social” — 20,2% quando consideramos apenas as mulheres, que são especialmente atingidas pela crise. Mas como noticiava o *Diário de Notícias* no passado mês de outubro, sem os apoios sociais, no final de 2020, num país de 10,3 milhões de pessoas, 4,4 milhões seriam pobres — *i.e.*, viveriam com menos de 554 euros mensais —, o que significa mais de 42% da população! E os termos do INE são altamente questionáveis... Como é possível viver com dignidade a receber o salário mínimo nacional (SMN) de 705 euros mensais? Este SMN é um salário de pobreza.

A situação torna-se ainda mais dramática para os idosos da nossa classe, os nossos pais e avós. São hoje 1,64 milhões de idosos a vi-

ver com reformas abaixo do SMN.

O governo tentou ocultar esta catástrofe social durante a pandemia e esforça-se agora para nos convencer que as vidas da generalidade da população estão a melhorar, mas é por demais evidente que a nossa classe está a afundar-se num pântano de miséria.

Os sinais estão por todo o lado, e um dos mais explícitos é o aumento drástico do roubo de alimentos e produtos de primeira necessidade em supermercados. Estes “roubos” são tão prevalentes que o atum enlatado e as garrafas de azeite já têm alarmes nos principais supermercados. Quem faz isto são idosos com pensões miseráveis e mães e pais desesperados para alimentar os seus filhos.

Esta situação é completamente impossível de alterar sem chocar com os interesses do grande capital. Ora, basta olhar para os go-

**ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA**

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco as forças do marxismo internacional!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

[f @esquerdarevolucionaria.centelha](https://www.facebook.com/esquerdarevolucionaria.centelha) [@esqrevpt](https://www.instagram.com/esqrevpt) [@EsqRevPT](https://twitter.com/EsqRevPT)

vernos de Costa para ver como o PS governa religiosamente para o grande capital. Assim, e como já dissemos aquando da apresentação do programa “Famílias Primeiro”, este governo não tem outra opção senão a de acelerar a propaganda ao máximo num cenário absolutamente dramático de crise económica na Europa e no mundo. Ao fazer isto, coloca-se em rota de colisão frontal com a realidade. E como também já dissemos nessa mesma ocasião, não há qualquer hipótese de esta propaganda surtir efeito precisamente porque todas as famílias de classe trabalhadora sentem o rebaixamento abrupto das suas condições de vida a cada ida ao supermercado, a cada cobrança da renda, a cada conta de energia, a cada noite mal-dormida de ansiedade e receio pelo futuro.

... lucros recorde para eles!

Enquanto isto, os grandes capitalistas vivem numa opulência que cresceu ainda mais aceleradamente desde o início da crise económica e pandémica. A Sonae quase duplicou os seus lucros no primeiro semestre deste ano, lucrando, só nesses seis meses, 118 milhões de euros; a Jerónimo Martins, empresa dona do Pingo Doce, teve um aumento de 29,3% nos seus lucros até setembro deste ano, alcançando 419 milhões de euros líquidos; e a EDP, também até setembro deste ano, registou lucros de 518 milhões de euros! Os bancos no seu conjunto, depois de anos de despedimentos massivos e de encerramento de agências, também praticamente duplicaram os seus lucros para 1,9 mil milhões de euros, com os privados a liderar esta subida.

Este é o resultado da governação do PS durante esta crise, um resultado cada vez mais assumido e defendido pelo governo.

Um orçamento de terror contra as famílias trabalhadoras

A medida estrela do OE2023, o aumento do SMN para 760 euros no próximo mês de janeiro, é talvez a melhor ilustração do que a social-democracia tem para nós. Esta será uma subida de menos de 8% do SMN, depois de subidas de 10,7% no preço do pão e

dos cereais, 16,7% na carne, 8,7% no peixe, 10,3% no leite, queijo e ovos, 13,7% na fruta, 36,2% nos óleos alimentares, 35,5% no gás natural e 28% na eletricidade.

Todos estes números são do INE e registam a variação entre 24 de fevereiro, o dia da invasão da Ucrânia, e o passado mês de agosto. Ora, fevereiro foi apenas o mês em que essa subida acelerou bruscamente, e os preços não pararam de subir em agosto. Portanto, nenhum destes dados consegue expressar precisamente o brutal golpe que sofreram os nossos salários reais. O OE2023, ao contrário do que nos diz o PS, é um orçamento de austeridade. Em 2023, 760 euros serão um salário de miséria.

Para as pensões, o OE2023 tem um aumento de 4,43% para quem recebe menos de 886 €. É o abandono dos idosos à fome.

A isto junta-se o subfinanciamento crónico do SNS, da educação, dos transportes públicos e de todos os serviços públicos.

Por outro lado, o OE2023 assegura a continuação de todos os mecanismos de canalização de fundos públicos para os bolsos de privados com as PPP e, por exemplo, os acordos com empresas privadas de saúde. Assegura-se ainda, para o próximo ano, o pagamento de 6.797 milhões de euros da dívida do Estado ao capital financeiro internacional.

Não há neste OE2023 uma única medida que incomode o capital financeiro. O governo de Costa segue o guião do capital imperialista ao pé da letra. Reproduz a propaganda de guerra para justificar os ataques à classe trabalhadora, e aplica esses ataques sem hesitações, fazendo de tudo para proteger e aumentar ao máximo os lucros capitalistas antes do rebentamento da próxima onda da crise. Isto é nada menos que uma declaração de guerra contra a nossa classe, uma política do mais autêntico terror social pintada de cor-de-rosa. Como dissemos já em repetidas ocasiões, tal política prepara o terreno para um governo da direita e da extrema-direita que se lançará numa campanha contra os mais básicos direitos democráticos.

Há que voltar às ruas e construir a esquerda revolucionária!

Perante este cenário, o BE e o PCP limitam-se a propor salários um pouco mais altos (o BE pede 800 euros de SMN, o PCP 850), mais alguns apoios sociais, taxação de “lucros extraordinários”, fim dos “vistos gold” e outras medidas que não tocam numa única questão de fundo e sempre pela via institucional. Abdicando por completo de uma política de mobilização e luta nas ruas, esta esquerda tenta limpar a imagem do sistema. Os terríveis resultados eleitorais do início deste ano foram apenas um dos sintomas disto, e as tentativas desesperadas das direções do BE e do PCP para reverter as crises internas dos seus aparelhos sem alterar a sua política são tão inúteis como a propaganda do PS. Estes burocratas completamente assimilados pelo sistema caminham para um acerto de contas com a realidade.

A dramática crise social que se abate sobre a nossa classe é causa de um sofrimento imenso, mas é também o tiro de partida para um novo assalto aos céus, para atos heróicos das massas como aqueles que temos visto ao longo dos últimos anos em inúmeros países.

É mais urgente do que nunca levantar um programa que de facto responda às necessidades imediatas da classe trabalhadora e da juventude:

- 1.200 euros de salário mínimo imediatamente e escala móvel de salários que permita a actualização de acordo com a inflação;
- Semana de trabalho de 30 horas sem perda de salário;
- Nacionalização sob controlo dos trabalhadores de toda a saúde, educação e transportes coletivos, investimento massivo para contratação dos milhares de profissionais em falta, renovação e construção de infraestruturas, compra de novos equipamentos;
- Nacionalização com controlo operário das empresas de energia para acabar com a especulação e fazer a transição energética;
- Nacionalização sob controlo dos trabalhadores das grandes super-

fícias comerciais para pôr fim à especulação com alimentos e bens de primeira necessidade, estabelecer preços controlados e acabar com a fome;

- Nacionalização da banca para impedir a fuga de capitais e garantir que controlamos a riqueza necessária para realizar este programa — a riqueza que a nossa classe produziu!

A social-democracia e toda a esquerda reformista dir-nos-ão que não há condições para estas reivindicações, que não há “consciência” nem uma “correlação de forças” favorável. A realidade desmente-os. A última década foi de enormes saltos na consciência da classe trabalhadora e da juventude, que se mostram repetidamente à esquerda destas direções. Os próximos anos serão de encarniçada luta de classes e de ainda mais bruscos saltos na consciência das massas. As greves que já voltam a aumentar em número e em força apontam também nesse sentido — operários da Autoeuropa e Faurécia, dos transportes (metro, MTS...), trabalhadores dos correios, professores, entre tantas outras.

O papel de uma direção é o de unificar estas lutas rumo a uma greve geral que atinja o coração do capital à escala nacional. A correlação de forças modifica-se na luta. Ao atribuir à classe trabalhadora a responsabilidade pela política de adaptação às instituições e parlamentarismo que segue, as direções reformistas da esquerda estão apenas a tentar ocultar o seu medo de qualquer ação direta das massas — o medo de perder a função de mediadoras entre os trabalhadores, por um lado, e os patrões e o seu Estado, por outro.

Podemos contar com a força da classe trabalhadora! E podemos ver essa força por todo o mundo. A construção de uma esquerda revolucionária, combativa, armada com o programa da revolução socialista e baseada na força e nos métodos da nossa classe é aquilo que nos falta para sair desta crise pela via revolucionária de construção de uma nova sociedade e não pela via da miséria, da morte e da guerra imperialista!



ELEIÇÕES EUA

A classe trabalhadora e a juventude voltam a travar Trump, mas as políticas de Biden reforçam a extrema-direita

Antonio García Sinda
Comissão Executiva da
Izquierda Revolucionaria •
Estado espanhol

Embora ainda não sejam conhecidos os resultados de alguns lugares da Câmara dos Representantes, os resultados das eleições intercalares dos EUA indicam claramente que as esperanças de Donald Trump numa “onda republicana” esmagadora que antecipasse o seu regresso triunfal à Casa Branca não se cumpriram.

Apesar de terem ganhado a maioria na Câmara dos Representantes, os republicanos ficaram muito aquém do objetivo de 230 lugares proclamado por Trump. Apesar da sua impopularidade e da ampla rejeição das suas políticas, Biden mantém a maioria democrata no Senado, obtém um bom resultado na eleição de governadores e é o presidente que perde menos lugares nas eleições intercalares das últimas décadas.

Os democratas celebram estes resultados como uma vitória — mesmo sem a maioria na Câmara dos Representantes — e uma

grande parte da comunicação social aponta Trump como o grande derrotado destas eleições.

As razões-chave deste revés parcial para Trump

Mas que balanço devemos fazer destas eleições? É verdade que o trumpismo foi completamente derrotado e que “a democracia triunfou” como disse Biden? Acreditamos que não é esse o caso, que a viragem à extrema-direita do Partido Republicano se consolidou, e que se não arrasou nas urnas, como se esperava, não foi devido aos esforços e méritos de Biden e do Partido Democrata, nem devido aos seus apelos à moderação, mas à mobilização eleitoral de milhões de trabalhadores e jovens, com uma participação importante de mulheres, pessoas LGBTI e minorias raciais.

Alguns dos trumpistas mais proeminentes foram claramente derrotados, mas quem os varreu não foram os supostos eleitores “moderados”, mas sim os trabalhadores e a juventude com a sua determinação ativa.

O caso da Pensilvânia é um bom exemplo. O candidato escolhido a dedo por Trump para um lugar tradicionalmente republicano, Mehmet Oz, foi derrotado por um candidato democrata da ala esquerda, John Fetterman, um proeminente participante na campanha de Bernie Sanders às primárias democratas em 2016 e que se define como “socialista”. Juntamente com Fetterman, a candidata democrata Summer Lee, membro do Socialistas Democráticos da América (DSA), também ganhou um lugar na Pensilvânia, e o seu compatriota democrata Josh Shapiro, conhecido pela sua campanha contra as empresas farmacêuticas que se encheram de dinheiro com a venda massiva de opiáceos, ganhou o lugar de governador do estado, demonstrando mais uma vez que quanto mais à “esquerda” os candidatos democratas se apresentam, mais hipóteses têm de vencer.

A chave para o triunfo de Fetterman, Lee e Shapiro reside na elevada participação nos seus círculos eleitorais. Repete-se assim o que aconteceu nas eleições pre-

sidenciais de 2020, quando uma participação de 66%, permitiu que Trump fosse claramente derrotado. Na altura, essa afluência era a expressão nas urnas de uma onda de mobilização sem precedentes desde a Guerra do Vietname, que encurralou e enfraqueceu Trump. O impulso das mulheres que defendem os seus direitos, dos trabalhadores precários que lutam por um salário de 15 dólares por hora e, acima de tudo, dos protestos maciços contra a brutalidade policial liderados pelo movimento *Black Lives Matter*, preparou o terreno para a vitória eleitoral dos democratas.

Mas, previsivelmente, a presidência de Biden não está a corresponder às expectativas daqueles que votaram nele. As suas políticas ao serviço incondicional do grande capital estado-unidense, nesta era do seu declínio como potência hegemónica, pressionam o Partido Democrata na política externa a entrar em conflito com a China e a uma escalada belicista, e na política interna a continuar a pressionar a classe trabalhadora para manter os lucros das grandes empresas. Ou seja, para uma clara continuidade com as políticas de Donald Trump.

A frustração com Biden fez com que a taxa de participação dos eleitores baixasse para 48%, e que nos jovens entre os 18 e os 29 anos tenha sido de apenas 27%, um indicador muito claro da enorme deslegitimação das instituições estado-unidenses e do seu sistema político.

Mas a vitória democrata foi clara onde a mobilização e a participação continuaram. Juntamente com a já referida Pensilvânia, destaca-se o Michigan, onde o direito ao aborto foi o centro da campanha. Aí a participação chegou aos 60% e deu a vitória aos democratas por 7 lugares contra 6, quando em 2014 os republicanos dominavam por 9 contra 5.

A capacidade de mobilização social para travar a extrema-direita trumpista comprova-se mais claramente nos resultados dos vários referendos sobre os direitos sociais e reprodutivos realizados em vários estados.

A campanha trumpista contra os direitos das mulheres sofreu uma derrota severa em vários estados que votaram a favor da proteção constitucional do aborto. A Michigan, Vermont e Califórnia junta-se agora o Kentucky, que, apesar de ser um estado claramente trumpista, votou contra as políticas anti-aborto, como aconteceu em agosto no Kansas, outro estado claramente favorável a Trump.

A subida salarial para 15 dólares à hora ou a proibição da extração subaquática de petróleo ou gás ganharam claramente, mesmo em estados conservadores como a Florida. Também num bastião reacionário como o Dakota do Sul, os eleitores aprovaram esmagadoramente o alargamento dos benefícios da *Medicaid* — o sistema federal de assistência médica gratuita — a novas camadas de cidadãos empobrecidos.

Máxima polarização

Por muito que um grande sector da imprensa “progressista” insista em apresentar Trump como um louco exaltado e marginal, a realidade é que o trumpismo é muito mais do que Trump, tem raízes sociais pro-

fundas e transcende-o.

Trump não fez mais do que aproveitar o desespero de algumas camadas médias que vêm dia após dia como a prosperidade que acreditavam estar assegurada para sempre está a desmoronar-se. Na sua frustração, estas camadas atribuem a responsabilidade da sua própria decadência e dirigem todo o seu ódio às mobilizações dos sectores mais combativos da classe trabalhadora, às mulheres que lutam pelos seus direitos e às minorias que erguem a voz contra os frequentes casos de brutalidade policial. Nada muito diferente do que aconteceu com Meloni em Itália, Le Pen em França e com a extrema-direita na Suécia ou na Dinamarca.

A decadência do sistema capitalista provocou, com maior força desde a crise financeira de 2008, uma profunda polarização social. As grandes mobilizações sociais dos últimos anos em todo o mundo são a sua expressão à esquerda. Mas esta polarização também é expressa pela direita. Sectores cada vez mais importantes da classe dominante entretêm a perspectiva de um regime autoritário que garanta a defesa dos seus privilégios e lucros.

O movimento de extrema-direita criado por Trump conseguiu mobilizar grandes sectores da pequena-burguesia que vêm na luta dos trabalhadores precários o seu principal inimigo, e conseguiu atrair uma parte dos trabalhadores industriais da antiga aristocracia operária que, com as deslocalizações das empresas, foi lançada para o desemprego e para a miséria. Esta amálgama social foi aglutinada com os piores preconceitos machistas e racistas, xenofobia e ódio aos imigrantes, fanatismo religioso e saudosismo dos tempos idos — e que jamais regressarão — em que os Estados Unidos eram “grandiosos”.

Este movimento não é ainda a opção preferencial para um sector fundamental da burguesia estado-unidense, mas um número crescente de multimilionários dá-lhe o seu apoio. Se, de momento, o Partido Democrata é capaz de aplicar a agenda política do grande capi-

tal e, ao mesmo tempo, de travar a mobilização popular, então para quê apoiar o regresso de Trump e com isso arriscar provocar um novo surto de mobilizações e uma viragem à esquerda ainda mais forte em sectores da classe trabalhadora e da juventude?

No entanto, embora neste momento não seja essa a sua primeira escolha, o apoio a Trump entre a classe dominante e dentro do aparelho de Estado continua vivo, como evidencia a sua impunidade após a tentativa de golpe de Estado de janeiro de 2021. As últimas decisões do Supremo Tribunal, especialmente a revogação do direito ao aborto, confirmam o predomínio do trumpismo no aparelho judicial.

Tampouco existe, na atividade legislativa, qualquer confronto significativo entre democratas e republicanos, sejam ou não trumpistas. De facto, desde que Biden é presidente, mais de 200 leis foram aprovadas em colaboração pelos dois partidos e a verdade é que as principais medidas daquela que é a iniciativa mais importante de Biden até agora, a Lei de Redução da Inflação, poderiam ser apoiadas pelos trumpistas sem qualquer problema.

Grande parte daqueles que proclamam a morte do trumpismo apontam Ron DeSantis como o seu coveiro. DeSantis, governador republicano da Florida e candidato à reeleição, obteve uma vitória espetacular, aumentando a sua maioria contra o candidato democrata — a diferença passou de 30.000 votos, em 2018, para 1,5 milhões de votos agora. DeSantis não escondeu a sua intenção de se candidatar à presidência em 2024.

De certo que Trump tem criticado e ridicularizado duramente DeSantis, ameaçando até revelar informações comprometedoras publicamente. Mas este confronto pessoal não nos deve fazer esquecer que DeSantis foi um trumpista desde a primeira hora, e que as suas propostas políticas são tão reacionárias como as de Trump, ou ainda piores.

Não podemos excluir que DeSantis destrone Trump como líder republicano, mas isto não mudaria de maneira nenhuma a

natureza do movimento. Quer se chame trumpismo ou *desantismo*, a viragem à extrema-direita do Partido Republicano continuará. As derrotas de alguns amigos proeminentes de Trump não devem fazer-nos esquecer que, segundo o *The Washington Post*, cerca de 150 republicanos eleitos — incluindo, claro está, Ron DeSantis — defendem que a eleição de 2020 foi fraudulenta e que Biden é um presidente ilegítimo.

Por outro lado, temos de ter em conta que a vitória esmagadora de DeSantis se deve, em grande parte, à campanha desastrosa do seu opositor democrata, Charles Crist, um antigo republicano conhecido como “*Chain Gang Charlie*” pela sua apaixonada defesa da prática de acorrentar grupos de prisioneiros sujeitos a trabalhos forçados.

Há anos que o Partido Democrata se desloca para a direita e as suas principais propostas são quase indistinguíveis das dos republicanos. É possível que uma maioria republicana possa bloquear algumas medidas “progressistas”, mas não esqueçamos que as principais promessas eleitorais de Biden caíram não por causa da oposição republicana, mas por causa da oposição interna no próprio Partido Democrata.

O apelo de Biden aos republicanos depois de conhecer os primeiros resultados, oferecendo-lhes uma cooperação sincera, não deixa margem para dúvidas. A batalha pela hegemonia mundial contra a China determinará a agenda de ambas as forças políticas e irá inevitavelmente estimular o reforço das opções de extrema-direita e fascistas.

Os acontecimentos nos EUA mostram que os democratas não são uma alternativa para travar o trumpismo. Só a mobilização independente e a organização da classe trabalhadora com o programa do socialismo podem unir todos os sectores oprimidos da sociedade estado-unidense. Esta é a única saída para varrer a ameaça do fascismo e pôr fim à catástrofe capitalista.



LULA GANHA A PRESIDÊNCIA DO BRASIL, MAS A AMEAÇA FASCISTA DE BOLSONARO FORTALECE-SE

Miguel Campos
Esquerda Revolucionária
Internacional

A 30 de outubro, Lula venceu a segunda volta das eleições presidenciais brasileiras com 60.345.999 votos, 50,90%, ante 58.206.354 (49,10%) do ultradireitista Jair Bolsonaro. Naturalmente, a derrota deste fascista supremacista, fanático religioso, machista e homofóbico foi recebida com alívio por milhões de ativistas de esquerda. No entanto, seria um erro gravíssimo subestimar o facto de que a vitória de Lula deu-se com a menor diferença na história eleitoral brasileira, o que faz disparar todos os alarmes.

A viragem à direita do PT e de Lula permitem que Bolsonaro mantenha apoio massivo

Lula e os dirigentes do PT, com boa parte da esquerda reformista internacional e a comunicação social a fazer eco, falam de uma “vitória histórica”. Segundo a sua análise, esta vitória deveu-se à sua estratégia “inteligente” de pactos com partidos de direita e centro-direita e aos compromissos assumidos com setores supostamente democráticos da burguesia. Uma abordagem tão superficial quanto equivocada da situação brasileira.

Para enfrentar seriamente um perigo como o que Bolsonaro representa, é necessário um balanço honesto, crítico e rigoroso. Explicar os erros cometidos e como é que, após quatro anos de cortes e ataques aos direitos sociais e democráticos, gestão criminosa da pandemia, desmatamento brutal da Amazônia e empobrecimento de amplas camadas da população, este crimi-

noso fascista continua com apoio massivo. Só assim poderemos levantar uma alternativa antifascista consequente, capaz de subjugar e varrer este lixo político.

O discurso de Lula, principalmente na segunda volta, não deixou de imitar o da direita. Apresentando-se como campeão da estabilidade capitalista, como mais religioso do que Bolsonaro e até mesmo contra o aborto, esta viagem só serviu para perder a vantagem de 20 pontos com que iniciou a corrida presidencial e retroceder, no último mês, dos 5% de diferença da primeira volta a uns pírricos 1,8% de diferença nos resultados finais.

O líder de extrema-direita ultrapassou o seu apoio máximo, obtido na segunda volta de 2018, em mais 408.507 votos. Isto permite-lhe manter uma base social de massas e, juntamen-

te com o apoio de setores-chave da burguesia e do exército, dá-lhe uma força que ele não hesitará em utilizar para voltar ao governo o mais rápido possível, como prova a sua recusa em admitir a derrota. Além disso, terá a maior bancada do Parlamento nacional, um feito que a esquerda reformista de todo o mundo tende a esconder, e com outros partidos de direita poderá controlá-lo e à maioria dos governos regionais, inclusive o do estado mais importantes e populoso do país, São Paulo, onde venceu um aliado seu por grande margem.

A única coisa que impede o desastre é o instinto de milhões de oprimidos e oprimidas. O apoio de 69% que Lula obtém nas regiões mais pobres do nordeste do país, com mais de dez milhões de votos à frente, é absolutamente decisivo. Também a vitória na cidade de São Paulo,

principalmente nos seus bairros mais pobres.

Treze milhões de pessoas que não votaram em 2018, ou votaram em branco ou nulo, indignadas com os escândalos de corrupção, privatizações e medidas neoliberais do PT, apesar do programa de continuidade destas políticas de Lula, votaram nele para expulsar Bolsonaro.

Que fatores alimentam o bolsonarismo e como combatê-los?

Além das concessões à direita, Lula insistiu ao longo da campanha em apresentar os governos anteriores do PT como um quadro idílico que a sua vitória lhe permitirá recuperar. Mas esse discurso colide com a experiência de milhões de pessoas.

Seguindo a mesma política de pactos com a direita praticada durante a campanha eleitoral, Lula e o PT aplicaram privatizações, contrarreformas laborais e outras medidas neoliberais, aumentando os lucros capitalistas e a desigualdade, e reforçando a militarização da repressão e o poder das forças policiais. Quando os efeitos da crise global se manifestaram mais claramente no Brasil, a partir de 2014, com milhões de desempregados em poucos meses e a ruína de grandes setores das camadas médias, surgiu de repente um sentimento de revolta contra o PT. Os escândalos de corrupção que afetaram os ministros do PT e altos funcionários contribuíram para isso.

Bolsonaro utilizou cinicamente e demagógicamente esse ambiente em 2018 para ganhar apoio massivo entre as camadas médias, arruinadas pela crise, e setores desmoralizados e politicamente atrasados de desempregados e trabalhadores. Mas, apesar da sua aparente força, o governo Bolsonaro encontrou uma rejeição significativa. Já em abril de 2019, tinha os piores índices de popularidade de qualquer governo brasileiro desde a ditadura após três meses no cargo. Apenas 32% apoiava a sua gestão e até setores da pequena-burguesia que votaram nele

o questionavam.

A bem-sucedida greve geral de junho de 2019 e outras mobilizações massivas colocaram-no contra as cordas. Mas essa greve não teve continuidade no tempo, e os dirigentes do PT e da Central Única de Trabalhadores (CUT) dedicaram-se a temporizar e a oferecer-lhe balões de oxigênio. Estes líderes da esquerda capitalista temiam que o movimento de massas os ultrapassasse e colocasse a luta pelo derrube de Bolsonaro como eixo da ação de massas extra-parlamentar.

A sua gestão subsequente da pandemia, com quase 700.000 mortes, aumentou a rejeição popular a Bolsonaro. E antes que a situação se transformasse numa crise revolucionária, semelhante à que o Chile ou a Colômbia vivenciaram nestes anos, um setor da burguesia e também do imperialismo norte-americano pressionou para conseguir a libertação de Lula e para que ele canalizasse o descontentamento para o campo eleitoral. Tratava-se de tirar a população das ruas, anular a luta de massas e reconver-

ter o processo para a arena parlamentar, em benefício da estabilidade capitalista.

Quando Lula anunciou a sua possível candidatura, as sondagens davam-lhe uma vantagem de 20 pontos e até mais. Mas a primeira coisa que fez foi rejeitar a palavra de ordem do “Fora Bolsonaro!” e pedir a desmobilização, canalizando tudo para a sua vitória eleitoral e os seus pactos com a “direita moderada”. Um setor da burguesia, com dirigentes como Fernando Henrique Cardoso ou Geraldo Alckmin, figura ligada à Opus Dei e que será o seu vice-presidente, optou por apoiá-lo, anulando as acusações de corrupção que serviram para prendê-lo e afastá-lo da corrida presidencial em 2018.

Este setor, que temia que as políticas de Bolsonaro provocassem uma explosão social, agora espera que Lula e o PT voltem a fazer o trabalho sujo, aplicando a gestão da crise capitalista que precisam para depois se livrar deles, como fizeram em 2016. Num contexto de crise mundial como o atual, esta estratégia te-

rá efeitos ainda mais desastrosos para as massas e irá tornar-se evidente muito mais cedo.

Somente uma política revolucionária pode derrotar o fascismo

Estas eleições confirmam que o bolsonarismo não é um fenómeno circunstancial, como afirmam os reformistas. Um setor chave da classe dominante sabe que o confronto com a classe trabalhadora é inevitável e aposta neste fascista para prepará-lo.

Bolsonaro tem utilizado a militarização das favelas com a desculpa da suposta luta contra o crime e a insegurança (iniciada pelo PT) ou as concessões aos setores mais reacionários da Igreja Católica e das igrejas evangélicas (que Lula também promoveu) para consolidar uma base de massas entre milhões de pequenos empresários e lojistas e até mesmo entre os desempregados e trabalhadores desesperados e politicamente atrasados. Também se gabou do forte desenvolvimento do agronegócio, mineração e outros setores à cus-



ta de desflorestar a Amazônia e saquear os recursos naturais. Alguns dos seus melhores resultados estão em cidades e regiões dependentes destes setores.

Um aspecto que mostra o perigo real que o bolsonarismo representa é a extensão das milícias, formadas por elementos policiais e mafiosos para controlar os bairros, e usá-las como tropa de choque contra a esquerda. Desde que Bolsonaro chegou ao poder, as licenças de armas cresceram 500% (mais de 600.000 pessoas estão armadas) e as armas legalizadas duplicaram, de 1,3 para 2,7 milhões. Muitas foram para estes bandos fascistas urbanos e grupos paramilitares organizados por latifundiários e pela burguesia do agronegócio para perseguir e matar lutadores camponeses, jornaleros e defensores do meio ambiente.

Bolsonaro apoia-se fortemente nos militares, dando-lhes cada vez mais poder. Atualmente, seis mil militares são dirigentes de instituições ou empresas estatais. Além disso, exalta a sangrenta ditadura militar de 1964-1985, apelando ao orgulho de uma casta militar que nunca foi saneada e à nostalgia de setores reacionários da pequena-burguesia que naqueles anos melhoraram os seus rendimentos como resultado da repressão sofrida pelo movimento sindical,

o boom económico internacional e a industrialização do país.

Aliado a tudo isto, aproveitou a recuperação da economia brasileira em 2021 e a dívida pública para desenvolver políticas eleitoralistas que lhe permitiriam manter a sua base eleitoral entre setores humildes como o plano Auxílio Brasil (copiando um plano semelhante de Lula até na quantia).

O acontecimentos mundiais e a ascensão da extrema-direita no Brasil, nos Estados Unidos, na Itália, na Alemanha... mostram que o fascismo só pode ser derrotado com uma política revolucionária. Foi essa a lição da década de 1930 e é a mesma hoje em todo o mundo. As oscilações brutais à direita e à esquerda das camadas médias são um sintoma do declínio e decomposição do capitalismo. A única maneira de abrir uma brecha que permitirá que as camadas mais empobrecidas da pequena-burguesia e, claro, os setores politicamente atrasados e desmoralizados dos explorados, sejam arrancados à influência da extrema-direita, é com um programa revolucionário que resolva os seus problemas e transmita a força e a decisão de lutar até o fim contra o grande capital. Mas Lula e os dirigentes do PT renunciaram a esse programa há décadas e estão completamente assimilados pe-

lo sistema e Estado capitalista.

Construir uma esquerda revolucionária com um programa socialista

A greve geral de 2019 e as manifestações massivas contra Bolsonaro mostraram o caminho para o derrubar e a força para o fazer. Milhões de lutadoras feministas e LGBTI, sindicatos combativos, movimentos sociais, organizações em defesa do meio ambiente, grupos antirracistas e pelos direitos da população negra e indígena saíram às ruas.

Quando Lula e o PT apresentaram as suas políticas desmobilizadoras, a chave era levantar uma alternativa consistente à sua esquerda, mantendo-se firme na defesa da mobilização mais enérgica e de um programa socialista e de independência de classe. Mas os dirigentes do PSOL renunciaram a uma política revolucionária, subordinando-se ao PT e sucumbindo às mesmas ideias de colaboração de classes e pró-capitalistas.

Para evitar uma derrota no Brasil, o país mais populoso e industrialmente desenvolvido da América Latina, com consequências dramáticas para todo o continente, é necessário romper completamente com estas políticas impotentes e levantar uma esquerda revolucionária para or-

ganizar a luta nas ruas contra o bolsonarismo e contra as políticas de austeridade e ataques exigidos por toda a burguesia. Apelar à organização de comités de ação e autodefesa nos bairros, centros de estudo e de trabalho e procurar a sua extensão e unificação.

Este plano de luta deve estar vinculado a um programa socialista que defenda a nacionalização da banca, da terra e das grandes empresas sob controlo operário para planificar democraticamente a economia, acabando com todos os flagelos sofridos pelos oprimidos e oprimidas. Este programa unificaria todas as reivindicações sindicais, democráticas e sociais, feministas e LGBTI, ambientalistas, contra o racismo e qualquer outra forma de opressão, conquistando também milhões de jovens e trabalhadores que hoje, na ausência de uma alternativa revolucionária de massas, permanecem sob o influência dos líderes social-democratas do PT.

Esta é a alternativa que nós, comunistas revolucionários, defendemos para combater todos os Bolsonaros do mundo.





OS TRABALHADORES E A JUVENTUDE IRANIANA RESPONDEM À REPRESSÃO AMPLIANDO O LEVANTAMENTO POPULAR

Antonio García Sinda
Comissão Executiva da
Izquierda Revolucionaria •
Estado espanhol

Há um mês que os levantamentos da juventude e da classe trabalhadora iraniana contra a ditadura dos mulás se têm vindo a desenvolver de forma imparável, apesar da dureza e crueldade da repressão.

Estamos perante a maior revolta popular em 43 anos da República Islâmica, o regime que esmagou a revolução de 1978-79, destruiu as enormes conquistas da classe trabalhadora e camponeses sem terra, assassinou em massa militantes de esquerda, condenou mulheres à opressão infame e implementou uma feroz ditadura capitalista com os trajes da hierarquia xiíta.

A entrada em cena dos trabalhadores da indústria dos hidrocarbonetos no passado dia 10 de Outubro marca uma mudança qualitativa na situação. A perspectiva de uma crise revolucionária no Irão já está no horizonte. A chave será a ação da classe trabalhadora iraniana como uma força independente dotada dos seus próprios órgãos de luta e organização. A experiência dos “shuras” (conselhos de trabalhadores) na revolução de 1979 contra o Xá oferece lições valiosas para que desta vez a mobilização crescente não descarrile

e culmine numa vitória que não se deterá dentro das suas fronteiras.

A pobreza asfixia os trabalhadores à medida que o regime aperta a repressão

A última década e meia tem sido muito dura para as massas iranianas. A expansão económica dos últimos anos, notável nos sectores intensivos em tecnologia, deu-se à custa de um empobrecimento generalizado das famílias trabalhadoras. Desde 2005, os salários reais caíram 30% nas cidades e quase 50% nas zonas rurais. O brusco aumento da inflação a partir de 2021 e a retirada, nos primeiros meses deste ano, dos subsídios à importação de alimentos básicos condenou 80% da população à pobreza.

De 2017 a 2019, o Irão viveu uma onda de protestos massivos contra o aumento dos preços dos combustíveis. A resposta do regime foi a repressão mais selvagem, culminando com o Novembro Sangrento de 2019. A chegada da pandemia impôs uma trégua forçada que o regime aproveitou para cerrar fileiras e afinar o seu aparelho repressivo, que, com mais de 400.000 soldados no exército, 150.000 na Guarda Revolucionária e 100.000 na odiada milícia Basij, está pronto para afogar em sangue qualquer tentativa de rebelião popular.

A eleição em agosto de 2021

de Ebrahim Raisi como novo presidente é um bom sinal da viragem repressiva do regime. Raisi foi um dos responsáveis diretos pelo massacre de mais de 30.000 prisioneiros políticos de esquerda em 1988 e a sua nomeação deve ser considerada como um aviso à população de que a teocracia dos mulás resistirá com unhas e dentes a qualquer desafio sério ao seu poder totalitário.

Tal como no passado, sempre que o regime se sente ameaçado, reforça as suas medidas repressivas contra as mulheres. Há alguns meses, foram proclamadas novas leis, contidas no Plano de Extensão da Castidade, que tornam o código de vestuário das mulheres mais estrito e limitam e regulamentam ainda mais o comportamento das mulheres na esfera pública. Foram precisamente dois actos criminosos da polícia contra duas jovens mulheres (uma violada e a outra espancada até à morte) que serviram de fâsca para acender a enorme fúria há muito acumulada pela juventude iraniana.

Esta raiva, que não se retrai perante a repressão que já custou centenas de mortes, é um indicador claro de que a juventude iraniana fez uma ruptura radical com o regime, que aos seus olhos é abertamente ilegítimo. Esta deslegitimação da ditadura religiosa terá consequências importantes no futuro e contribuirá para a rápida politização das

lutas salariais, como já estamos a ver entre os trabalhadores do petróleo e do gás.

Os protestos dos últimos anos não só corroem a autoridade do regime, como também puseram fim ao papel do chamado sector “reformista” do governo como canal de agitação social. Esta camada de funcionários, que entre 1997 e 2005 tiveram a presidência do país nas suas mãos, revelou-se inútil para conter o protesto social e, sobretudo, para impedir que este fosse dirigido contra os pilares da ditadura.

Uma ditadura capitalista, estrategicamente vinculada ao imperialismo chinês

A contra-revolução liderada pelos mulás a partir de 1979 teve como objetivo central a salvação do capitalismo iraniano da crise revolucionária que se abriu após a queda do Xá, reforçando simultaneamente a sua independência face ao imperialismo norte-americano e britânico.

O carácter retrógrado do regime dos mulás não foi um obstáculo ao seu notável desenvolvimento industrial a partir dos anos 90, após o fim da guerra de oito anos com o Iraque. A partir de 1997, o enorme investimento público em sectores de tecnologia relacionados com a defesa, com uma taxa média de crescimento anual de 16%, mudou a face do país e transformou



o Irão numa potência imperialista regional, capaz de exportar capital para numerosos países ex-coloniais e de intervir decisivamente nos desenvolvimentos políticos no Médio Oriente, especialmente na Síria, Iraque, Líbano e Iémen, que em grande medida actuam como seus satélites.

Este desenvolvimento foi também resultado da aliança estratégica que a burguesia iraniana estabeleceu progressivamente com o capitalismo de estado chinês, que forneceu ao Irão recursos tecnológicos que lhe permitiram ultrapassar as sanções económicas impostas pelos EUA e pelo imperialismo ocidental e tornar-se um país líder em aeronáutica e nanotecnologias.

Simultaneamente ao desenvolvimento e modernização da indústria, o regime reforçou o poder económico das suas instituições. Grande parte do investimento industrial e tecnológico foi canalizado através de empresas do exército, da Guarda Revolucionária e das fundações religiosas — *bonyads* — dirigidas pela hierarquia xiita. Estas fundações, por exemplo, gerem uma rede de empresas que controla 20% da economia e emprega mais de cinco milhões de trabalhadores.

No final dos anos 90, o governo iraniano iniciou uma política de privatizações, fortemente impulsionada a partir de 2006. Como resultado, vários líderes militares e da Guarda Revolucionária, bem como os altos cargos da hierarquia xiita, tornaram-se empre-

sários multimilionários, vários dos quais aparecem na lista da Forbes das pessoas mais ricas do mundo. As privatizações também serviram para reforçar os laços do regime com a burguesia comercial iraniana, coloquialmente conhecida como o bazar, que hoje em dia está praticamente fundida com o clero.

Esta fusão do regime dos mulás com a burguesia iraniana, juntamente com a força da sua aliança com a China e a Rússia, explica a coesão interna do regime e a ausência de quaisquer fissuras visíveis na classe dirigente, ao contrário das que surgiram no final dos anos 70, precipitando a queda da ditadura do Xá.

Embora essa coesão interna possa favorecer a continuidade do regime a curto e médio prazo, não pode impedir que a luta de classes se aprofunde ainda mais. Como está agora a ser demonstrado, o recurso à repressão mais impiedosa não é suficiente.

As lições da revolução de 1978-79

A revolta contra o Xá em 1978-79 levou o Irão à revolução socialista. Hoje, com um desenvolvimento industrial muito mais intensivo, com uma classe trabalhadora e uma juventude com um nível educativo incomparavelmente superior, e no meio de uma nova crise do capitalismo mundial, as condições para a revolução iraniana e a tomada do poder pela sua classe trabalhadora são mais favoráveis do

que nunca. Mas a vitória não está garantida, razão pela qual é essencial tirar as lições da grave derrota de 1979 e identificar os erros da esquerda que a facilitaram.

No final da década de 1970, o Irão sofria sob a ditadura implacável do Xá Reza Palevi, que tinha apoio político e militar incondicional do imperialismo estado-unidense desde 1953, quando o Xá, aconselhado pela CIA, liderou um golpe de Estado contra o Primeiro-Ministro Mohamed Mosaddeq, um político burguês que se tinha atrevido a nacionalizar o petróleo.

A repressão brutal da polícia política do Xá, o famoso Savak, não conseguiu impedir que greves económicas e protestos dos camponeses sem terra se radicalizassem ao ponto de se dar uma revolta popular em 1978.

Ao mesmo tempo, em várias das nações oprimidas pelo regime, nomeadamente no Baluchistão, Curdistão e Azerbaijão iranianos, e Khuzistão, a população munuiu-se de armas e libertou partes importantes destes territórios nos quais o exército iraniano não conseguiu entrar.

A classe dominante, aterrorizada, instigou um golpe palaciano contra o Xá, que foi deposto em Janeiro de 1979. Mas era demasiado tarde. Os camponeses começaram a ocupar as terras dos grandes proprietários e os trabalhadores industriais começaram a ocupar as empresas e a organizar a produção

através dos seus conselhos — os “shuras”. Os habitantes dos bairros pobres das grandes cidades organizaram-se em comités de bairro para garantir os meios para uma vida digna.

Em apenas quinze dias, o novo governo burguês foi completamente esmagado, e foi então que, com a colaboração do governo francês, decidiu jogar a sua última carta: a de se voltar para o Imã Khomeini e para a hierarquia xiita numa tentativa desesperada de parar a revolução.

Khomeini desempenhou o seu papel na perfeição e, apoiando-se no ódio popular ao imperialismo dos EUA, conseguiu travar o processo revolucionário. A guerra desencadeada pelo Iraque, com o apoio dos EUA e das monarquias do Golfo, criou as condições adequadas para que o processo revolucionário fosse completamente invertido e se transformasse numa clara contra-revolução capitalista sob a bandeira do fundamentalismo.

Mas nada disto teria sido possível se a esquerda iraniana não tivesse cometido erros enormes, o que a deixou impotente face à contra-revolução burguesa.

O mais grave destes, partilhado tanto pelo Tudeh (Partido Comunista Iraniano) como pelo Fedayeen (maoístas com uma forte base estudantil e camponesa) e pelo Mujahiddin-e-Jalq (amalgama do marxismo e do islamismo), foi a concepção etapista da revolução. Seguindo a estratégia de colaboração de classe estabelecida pelo stalinismo na década de 1930, estes grupos consideraram que ainda não tinha chegado o momento da revolução socialista no Irão. A classe trabalhadora tinha de esperar pacientemente que a burguesia iraniana completasse uma revolução dita “nacional e democrática” que desenvolveria plenamente o capitalismo através da implementação de reformas constitucionais e parlamentares que proporcionariam o máximo de direitos à classe trabalhadora e aos camponeses sem terra. Esta fase da democracia burguesa abriria, em algum ponto indeterminado do futuro, o caminho para uma transição gradual para o socialismo através da força numé-

rica dos trabalhadores e do reforço das suas organizações.

Consequentemente, a esquerda stalinista, que teve influência decisiva entre a classe trabalhadora e a juventude iraniana, apoiou o Imã Khomeini e os seus governos. O Tudeh até participou no governo de Khomeini até 1982, embora o seu carácter abertamente contra-revolucionário já fosse evidente.

Um dos primeiros objectivos da contra-revolução islâmica foi desmantelar as “shuras” em nome da paz social e da colaboração entre empregadores e trabalhadores. O Tudeh ajudou neste desmantelamento e na devolução das fábricas ocupadas aos seus proprietários. A sua “recompensa” foi uma campanha de detenções em massa a partir de 1983 e o assassinio de dezenas de milhares dos seus militantes.

Quando, já em 1979, a contra-revolução atacou os direitos das mulheres e impôs, entre muitas outras medidas opressivas, o véu obrigatório, as organizações de esquerda iranianas apoiaram a medida. De acordo com o que explicaram na altura, o véu era uma medida “anti-imperialista” e supostamente só as mulheres da burguesia e da classe média se recusaram a aceitá-lo. As líderes de esquerda não hesitaram em usar o véu e em promover a aceitação submissa das medidas opressivas do regime contra as mulheres. O resultado

foi que o apoio à esquerda entre a grande parte das mulheres iranianas já emancipadas do preconceito religioso diminuiu drasticamente, e a desorientação e desmoralização resultantes foram exploradas pela hierarquia religiosa para pôr em prática um vasto leque de medidas que condenaram as mulheres iranianas a um papel subordinado.

Finalmente, a esquerda iraniana não compreendeu o papel progressista e revolucionário das lutas de libertação nacional dos povos oprimidos sob o regime do Xá. De acordo com a sua concepção etapista, a esquerda stalinista considerou que os movimentos de libertação nacional, embora progressistas, deveriam esperar pacientemente pelo culminar da famosa revolução “nacional-democrática”. O resultado desta política foi contribuir para o esmagamento dos povos Balochi, Curdo, Azeri e Árabe e criou um abismo de desconfiança entre as nações oprimidas e as massas iranianas que persiste até aos dias de hoje.

Rumo à revolução socialista

O óbvio esgotamento do regime dos mulás, e a determinação da classe dominante iraniana em mantê-lo a todo o custo, levantam a perspectiva de uma crise revolucionária que se desenvolverá de forma tortuosa e contraditória.

Tal como na revolução de 1978-

79, a determinação das massas de trabalhadores e camponeses em romper com a situação de miséria a que estão condenados, a vontade de emancipação das nações oprimidas e a rebelião das mulheres e da juventude, que não suportam nem mais um minuto a brutal condenação a que estão sujeitas pelo regime, auguram uma nova extensão e radicalização dos protestos. Tal como em 1978-79, este choque entre as classes colocará claramente na ordem do dia a questão do poder.

É claro que o triunfo da revolução não está garantido e existem grandes obstáculos no seu caminho. O maior deles é a fraqueza política da esquerda revolucionária, enquanto as formações de origem stalinista ainda estão ligadas às suas concepções etapistas, procurando aquela quimérica “burguesia nacional e democrática” chamada a completar a primeira fase da revolução.

Não deve ser subestimado o risco de interferência e manobras imperialistas ocidentais. Quer directamente, como no caso dos curdos, quer através da Arábia Saudita e das monarquias do Golfo, como no caso do Khuzistão, o imperialismo está a construir pontes com os círculos dirigentes dos movimentos nacionalistas, com vista à sua utilização contra um possível surto revolucionário no Irão.

Face a estes perigos, destaca-

se o reforço das organizações da classe trabalhadora independentes, entre as quais se destacam o Conselho Organizador dos Trabalhadores Contratuals do Petróleo e o Conselho Coordenador dos Sindicatos dos Professores, bem como outras organizações de trabalhadores criadas nos últimos anos e que, apesar da severa repressão, têm liderado lutas importantes, tais como o Sindicato dos Motoristas de Autocarros de Teerão, Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar de Haft-Tappeh e o Sindicato dos Metalúrgicos de Ahwaz, o que indica que a classe trabalhadora está mais preparada para desempenhar um papel independente nesta crise política.

A resposta repressiva do regime já está a acelerar a politização das lutas sindicais e contra a carestia, e a consciência e a auto-organização de largos sectores da classe trabalhadora dará um passo em frente. Grandes possibilidades abrem-se no Irão para o desenvolvimento de uma esquerda revolucionária que, armada com o programa do socialismo para derrubar o regime, será capaz de unificar as exigências imediatas da classe trabalhadora, a determinação da juventude e das mulheres iranianas, e as lutas dos povos e nações oprimidas pela ditadura.



PELO FIM DA VIOLÊNCIA MACHISTA! O CAPITALISMO É O CULPADO!



Em capitalismo, nós, raparigas, jovens, mulheres e pessoas LGBTI+ de classe trabalhadora somos exploradas e oprimidas, sofremos violência machista em todos os espaços — dentro das nossas casas, no trabalho, na faculdade, na escola, nas ruas, na internet.

Em Portugal, só no último trimestre, foram feitas cerca de 9.000 queixas por violência doméstica. É o valor mais elevado nos últimos quatro anos. Em 2022, até setembro foram registadas 23.250 queixas, a grande maioria feitas por mulheres. Até 15 de novembro já tinham sido assassinadas às mãos de companheiros 28 mulheres, quase o dobro face aos 16 do ano passado — além de 48 tentativas de assassinato. Apenas no primeiro trimestre deste ano registaram-se cerca de 500 violações de crianças, a maioria raparigas.

Estes números mostram a dimensão brutal da violência machista,

e esta é só uma fração da realidade... porque a maior parte dos casos de violência machista não é denunciado nem registado.

Sob o sistema capitalista, o processo de denúncia torna-se um verdadeiro martírio. Não temos que resistir apenas à violência machista em si. Quando as denúncias não são imediatamente desconsideradas pela polícia, temos ainda de vencer o medo e resistir às dificuldades económicas que estas implicam. Temos de resistir às barreiras burocráticas do Estado, à violência das declarações e aos testemunhos em tribunal. Temos que resistir a juízes e juízas que nos culpabilizam. Temos que ver os nossos agressores serem defendidos e saírem impunes.

Todo o aparelho do Estado é conivente com a violência que sofremos e responsável por nos manter nessas situações. Quando a secre-

tária de Estado para a Cidadania e Igualdade diz, em mais uma campanha publicitária contra a violência contra as mulheres, que “é uma pandemia permanente” e “que nos devemos mobilizar para a denúncia e para o apoio às vítimas”, em poucas palavras mostra o carácter machista do capitalismo e a desconsideração do Estado no apoio às mulheres pobres e trabalhadoras e o desinteresse no investimento em serviços públicos que dêem resposta e uma alternativa para vivermos.

Para acabar com a violência machista é necessário por fim a todos os despejos, garantir apoio psicológico público e gratuito, garantir que todos os serviços sociais tenham recursos económicos e humanos para garantir o apoio a todas as vítimas. É necessário garantir o pleno emprego com um salário mínimo de 1.200€ ou um subsídio de desemprego no mesmo valor para que possamos ser financeiramente independentes.

Num período em que a violência machista aumenta, a crise económica se aprofunda, em que a extrema-direita apoiada por vários setores da burguesia cresce, assim como o seu discurso machista, racista e LGBTI+fóbico só com a organização política e a luta revolucionária podemos acabar com o sistema capitalista! Só assim conseguiremos manter-nos vivas, livres e combativas e garantir uma vida digna de ser vivida!

Só a construção de uma sociedade socialista, em que todos os recursos estarão colocados não só ao serviço das mulheres vítimas de violência machista, mas ao serviço da classe trabalhadora como um todo, será possível pôr um fim definitivo à opressão que sofremos!

JUNTA-TE À LIVRES E COMBATIVAS PARA LUTAR POR UM FEMINISMO COMBATIVO E REVOLUCIONÁRIO!

